

# Unidades de conservação urbanas no contexto do empresariamento das cidades

## *Urban conservation units in the context of entrepreneurship of the cities*

GLAUCIO GLEI MACIEL

RAFAEL SOARES GONÇALVES

### RESUMO

O atual projeto de gestão das cidades e dos parques urbanos no Brasil assume a função específica de promover em prioridade a acumulação do capital. Este artigo se propõe a tratar, de forma breve, as contradições internas que permeiam as políticas urbanas e ambientais atuais no que tange à gestão das unidades de conservação urbanas. Tais políticas suscitam críticas e resistência por parte da população alijada do direito de usufruir dos benefícios proporcionados pelas unidades de conservação urbanas. Pretende-se analisar primeiramente o contexto atual de revitalização urbana voltado para o acúmulo do capital; posteriormente, as articulações entre as políticas urbana e ambiental em relação às unidades de conservação urbanas; e, por fim, as formas de resistência para se garantir o acesso coletivo aos parques nacionais urbanos.

**Palavras-chave:** Crise urbana; Unidades de conservação urbana, Empresariamento urbano

### ABSTRACT

The current project of management of cities and of urban natural parks in Brazil assumes priority the function specifies to promote capital accumulation. This article proposes to treat, briefly, the internal contradictions that pervade the urban and environmental current policies regarding the management of urban conservation. Such

policies raise criticisms and resistance on the part of the population cripple the right to enjoy the benefits provided by urban conservation units. The aim is to analyze the current context of urban revitalization geared for the accumulation of capital; later, the joints between the urban and environmental policies in relation to urban conservation units; and, finally, the forms of resistance to ensure the collective access to urban national parks.

**Key-words:** Urban crise, Urban conservation units, Urban entrepreneurship

No Brasil muito tem se falado das crises urbana e ambiental e da necessidade de enfrentá-las no marco das transformações políticas e econômicas contemporâneas. No entanto, a relação entre a reconfiguração atual das cidades e as formas de uso e gestão dos parques naturais urbanos não tem sido amplamente debatida. Existe uma inter-relação entre as concepções de gestão empregada no processo de planejamento das cidades e dos parques naturais urbanos no Brasil?

Este é o ponto central deste trabalho, que se estrutura em três partes. A primeira trata, de maneira sucinta, das contradições internas que permeiam as medidas de revitalização das cidades brasileiras – que, quase sempre, surgem em forma de crise para atender a manutenção da acumulação de capital. A segunda parte do trabalho aborda a interdependência do modelo de gestão das cidades e daquele que vem sendo implementado nos parques naturais urbanos no Brasil. Por fim, em face das políticas atuais, abordaremos as formas de resistência social de grupos desfavorecidos para garantir o acesso à cidade e a formas mais democráticas de uso dos parques naturais urbanos.

## O EMPRESARIAMENTO URBANO

A noção de “revitalização” ou de “renovação”, como analisa Fernanda Sanchez (2007, p. 147), é carregada de valor e sugere que não haveria antes nenhum tipo de vida social meritória de ser conservada e valorizada. Segundo a autora, este tipo de discurso pretende sinalizar a necessidade de reconfigurar a geografia e a história social de um lugar, cujas características pretéritas não estariam de acordo com os conteúdos desejáveis para o novo projeto de cidade. A reconversão dos fluxos econômicos para novos padrões de acumulação do capital se pauta na apresentação de um cenário de crise urbana. Como afirma David Harvey, o capitalismo deve se urbanizar para se reproduzir (HARVEY, 2010, p. 135).

Diante de um contexto catastrófico, qualquer resistência, ação ou pensamento de crítica ao projeto de renovação urbana pode ser tomado como agressão, desamor à cidade ou falta de patriotismo. Torna-se invisível o preço que certos setores da sociedade devem pagar para o “bem da cidade”. Apresentados, para fins mercadológicos, como espaços “revitalizados”, neles, porém, a população original vivencia a “revitalização” como mecanismo gerador de expulsão e segregação social. Grande parte da população fica à margem dos processos decisórios e necessita construir formas de resistência contra as modificações em seus locais de vida. A lógica de intervenção urbana tem sido direcionada prioritariamente para a promoção e absorção dos excedentes do capital.

Observa-se uma parceria entre poderes públicos e grupos econômicos na construção de novas imagens da cidade, através de estratégias discursivas e mecanismos para sua difusão e legitimidade no âmbito global (SÁNCHEZ, 2001). Dessa junção emer-

gem no escopo teórico-prático processos de empresariamento urbano a partir de uma racionalidade competitiva, que negligencia a reflexão da cidade como um bem coletivo. De certa forma, o empresariamento urbano expressa a recusa da política e propõe o mercado como forma de regulação da cidade.

Uma das estratégias adotadas pelos poderes municipais atualmente para limitar o aspecto político na discussão das políticas urbanas é o planejamento estratégico. Inspirado em concepções, princípios e objetivos oriundos do planejamento empresarial (ARANTES et al, 2000), esse entendimento não apenas empurra a finalidade pública da organização do espaço para a flexibilização, própria da contemporânea economia globalizada, como também impõe as formas de consumo como lógica principal de planejamento espacial. Mais do que uma empresa, a cidade passa a ser o próprio produto a ser consumido para aquele que pode pagar.

O planejamento estratégico se constitui, como afirma Rose Compans (2005, p. 23), no principal instrumento de adaptação das formas institucionais locais aos objetivos da inserção competitiva da cidade na dinâmica da economia global. Como método, o planejamento estratégico incorpora, de acordo com Pedro Novais (2010, p. 185), princípios e preceitos relacionados à perspectiva de que as cidades competem pelas oportunidades do mundo globalizado. O planejamento estratégico favorece a construção de alianças políticas com os segmentos empresariais, favorecendo a participação do setor privado na gestão dos negócios públicos (COMPANS 2005, p. 23). Trata-se de um discurso legitimador que elimina demandas contraditórias aos interesses hegemônicos.

Por outro lado, em um contexto de “crise econômica” e de falta de recursos dos poderes públicos em investir, as parcerias público-privadas em formas de operações urbanas consorciadas tornam-se as formas por excelência de intervir no urbano. Em troca de investimentos privados, abre-se a possibilidade de criar novos nichos de reprodução econômica a partir da paulatina privatização dos serviços, dos usos, da paisagem e de toda outra forma de bens coletivos passíveis de serem consumidos de forma onerosa. A luta pelo direito à cidade, conforme sublinha David Harvey (2014, p. 153), é contra os poderes do capital que se alimentam impiedosamente e extraem renda da vida comunal que outros produziram.

Esse contexto se manifesta, sobretudo, com o modelo de intervenção urbana a partir da perspectiva de organização de grandes eventos internacionais. A cidade se torna um grande canteiro de obras, mas também um grande balcão de negócios. As parcerias público-privadas acabam se impondo como formas de fazer política urbana. Tal medida se justificaria pela “economia” de recursos públicos, ocultando o fato de que a pretensa economia provoca a privatização da cidade e legitima ganhos exponenciais de certos grupos econômicos.

## **A POLÍTICA DE GESTÃO DOS PARQUES NATURAIS URBANOS**

As unidades de conservação urbana exercem serviços ambientais importantes para as cidades onde se encontram: equilibram o clima, diminuem os efeitos das ilhas de calor, protegem o solo de erosões, contribuem no equilíbrio hídrico, fornecem, muitas vezes, água para as cidades, permitem o contato com a natureza pelos cidadãos. No entanto, tais unidades podem significar um empecilho para a reprodução do capital, como, por exemplo, o bloqueio de reservas fundiárias importantes da cidade ou então dificuldades

logísticas para a mobilidade, já que muitas vezes grandes intervenções em redes de transporte procuram contornar os parques. No entanto, um dos aspectos de integração dos parques naturais municipais à lógica do empresariamento urbano é o relevante valor econômico que tais áreas podem exercer para o mercado turístico. A concessão de tais áreas permitiria, ainda, a diminuição dos gastos públicos para proteção dos recursos naturais.

Considerando as estimativas de fluxo de turistas projetadas para o país Medeiros, R. e Young (2011), preveem que cerca 13,7 milhões de pessoas, entre brasileiros e estrangeiros, visitarão as unidades de conservação federais no Brasil até 2016, ano das Olimpíadas. Segundo os autores, existem atualmente 67 parques nacionais no país, distribuídos em diferentes biomas, sendo que desses apenas 31 estão oficialmente abertos à visitação, o que demonstra as possibilidades turísticas dessas áreas. Dentre esses parques estão os urbanos e os periurbanos, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1:** Parques nacionais urbanos ou periurbanos do Brasil

Parques Nacionais	Urbanos	Periurbanos	Abrangência
Tijuca	X		Rio de Janeiro
Itatiaia	X	X	Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais
Serra da Bocaina	X	X	Rio de Janeiro e São Paulo
Jurubatiba	X	X	Rio de Janeiro
Serra dos Órgãos	X	X	Rio de Janeiro
Superagui	X	X	São Paulo e Curitiba
Iguaçu		X	Paraná
Chapada da Diamantina		X	Bahia

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>

Além disso, existem inúmeros parques urbanos e periurbanos que estão sob a gestão dos Estados e dos Municípios. Veja alguns exemplos no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Exemplos de parques estaduais e municipais urbanos ou periurbanos

Parques Estaduais	Urbanos/Periurbanos	Estados	Parques Estaduais
Itapuã,	X	Porto Alegre	Itapuã,
Alberto Lofgren	X	São Paulo	Alberto Lofgren
Pedra Branca, Ilha Grande, Serra da Tiririca, Costa do Sol	X	Rio de Janeiro	Pedra Branca, Ilha Grande, Serra da Tiririca, Costa do Sol
Ponta da Tulha em Ilhéus			Ponta da Tulha em Ilhéus
	X	Bahia	
Parque Estadual Serra Verde	X	Minas Gerais	Parque Estadual Serra Verde
Parques Municipais	Urbanos/Periurbanos	Municípios	Parques Municipais
Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca; Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca.	X	Rio de Janeiro	Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca; Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>

Em face disso, os pressupostos de gestão das áreas naturais protegidas vêm se inclinando cada vez mais para prestação de serviços ambientais destinados ao atendimento das demandas de turismo e negócios. Observa-se, conforme sublinha Jean-Pierre Leroy (2013, p. 189) em relação às unidades de conservação, a estratégia de substituir a regulação pública e a ação do Estado pela ação privada.

Nessa direção, o ICMBio, desde de sua criação, em 2007, busca “modernizar” a forma de gestão do uso dos parques nacionais. Assim, foi constituído um modelo de planejamento estratégico, seguindo a metodologia de *Balanced Scorecard* (BSC).<sup>1</sup> Trata-se de um eixo estruturador de gestão por resultados que passa a nortear a atuação institucional, como informa o sítio eletrônico do ICMBio:

Este direcionamento é construído a partir da definição de Diretrizes Estratégicas de longo, médio e curto prazo que precisam se articular de forma dinâmica por meio de um modelo conceitual e metodológico que ofereça ao mesmo tempo a constância de propósitos – estabilidade de rumo durante períodos de incerteza – e a flexibilidade estratégica para se antecipar e responder às mudanças e aos diferentes cenários econômicos, políticos, sociais e ambientais nos quais o ICMBio atua. Estas Diretrizes Estratégicas são constituídas pela Missão, Visão e Objetivos Estratégicos que por sua vez possuem Indicadores e Metas correlacionados. (BRASIL, 2014)

Em paralelo a esta configuração institucional do ICMBio, os ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, em 2011, lançaram, em conjunto, o programa “Parques da Copa”, que teve por objetivo equipar os parques nacionais com infraestrutura e serviços de apoio à visitação a partir da parceria com a iniciativa privada, por meio da terceirização e concessão.

Parques nacionais das cinco regiões do país receberão investimentos do governo federal. Os ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Turismo financiarão R\$ 10,4 milhões para a realização de obras de melhorias em 16 unidades no próximo ano. O anúncio foi feito, nesta quinta-feira (28/11), pelos dois ministros durante visita ao Parque Nacional de Brasília, que tem 42 mil hectares de área total e será o primeiro a ser beneficiado pelo programa. O objetivo da ação é ampliar o uso público e sustentável das áreas protegidas entre 2014 e 2020. Os grandes eventos que o Brasil sediará, entre elas a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, aparecem como um dos focos do programa. A intenção é atrair, para as unidades de conservação, os turistas que visitarão o País durante os eventos. “É uma ação para identificar possibilidades de negócio turístico e do chamado uso público ampliado dos parques, além do que

---

<sup>1</sup> A ferramenta BSC foi apresentada pelos professores de *Harvard Business School* Robert S. Kaplan e David P. Norton, em 1992, como um modelo inovador de avaliação e *performance* empresarial, que atua como um sistema de suporte à decisão e à gestão estratégica. Para mais informações, ver: <http://www.portal-administracao.com/2014/03/o-que-e-balanced-scorecard-bsc.html> (acessado em março de 2016).

já está sendo feito hoje”, destacou a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Para 2016, a previsão é oferecer cadeias produtivas de turismo e concessões de serviços turísticos em funcionamento nos parques do Rio de Janeiro, sede da Olimpíada. (BRASIL, 2013)

Assim, o governo federal passou a incentivar os investimentos da iniciativa privada em parques nacionais brasileiros, tais como os Parques Nacionais de Iguaçu (PR), de Fernando de Noronha (PE), dos Abrolhos (BA) e da Tijuca (RJ), que, devido ao fluxo consolidado de visitantes, tiveram prioridade para serem contemplados com os recursos do programa (BOTELHO e MACIEL, 2014, p. 3).

Entre os parques nacionais acima citados, um dos que está recebendo investimentos por meio da concessão de serviços é o Parque Nacional da Tijuca, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a expectativa é de diversificação da oferta de serviços, que vai resultar na cobrança de ingressos para certos setores; a criação de novos atrativos turísticos; investimento em transporte para turistas; lojas; serviços de alimentação e visitas guiadas.

Segundo Botelho e Maciel (2014), o Parque Nacional da Tijuca se transformou na “menina dos olhos” do ICMBio e sai à frente dos demais:

Ganha destaque, seja por ser a Unidade de Conservação com maior índice de visitação do país, ou por representar a reprodução da expansão capitalista no espaço urbano, a partir da “revitalização” do patrimônio histórico-cultural, conhecido por “Complexo Paineiras”. Este empreendimento, localizado na Área Estratégica Interna do Corcovado<sup>2</sup>, envolve investimento de mais de R\$ 40 milhões e visa reformar o antigo Hotel Paineiras, para ser o “portão de entrada” ao Morro do Corcovado e ao Monumento do Cristo Redentor, com o objetivo de oferecer aos visitantes serviços de alimentação (restaurantes diversos, lanchonete, café), de acesso e transporte (estacionamento para veículos particulares e venda de bilhetes para acesso ao Morro do Corcovado, incluindo transporte rodoviário), além de serviços e equipamentos para eventos e para informações aos visitantes. Com isso, o Estado espera melhorar o atendimento, fornecendo aos visitantes mais conforto e, também, acredita que problemas relativos à intensa visitação diária no local, como engarrafamentos e longas filas para o acesso ao Monumento do Cristo Redentor, sejam atenuados, com maior dispersão de pessoas e possibilidades de entretenimento (BOTELHO E MACIEL, 2014, p. 3 e 4).

Notamos que, com a implantação do planejamento estratégico institucional do ICMBio, Estados e Municípios seguiram o mesmo modelo no sentido de transformar os parques sob suas responsabilidades em espaços de negócios, passando a adotar uma concepção mercadológica de gestão das unidades de con-

---

2 De acordo com o Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, esta área é de uso intensivo, com objetivos de visitação, o que demanda infraestrutura, serviços e equipamentos de apoio (ICMBio, 2008).

servação. Os parques do país, sobretudo aqueles no contexto das cidades, estão submetidos a uma racionalidade que expressa uma nova confluência de poder. A beleza cênica das áreas protegidas é transformada em imagens a serem vendidas na dura disputa pelos visitantes no mercado turístico nacional e internacional.

Os investimentos realizados não são um problema em si, mas o problema é transformar tais unidades de conservação em mercadorias. Observa-se uma confluência perversa entre os ideais conservacionistas e os pressupostos neoliberais, o que pode resultar em uma elitização do acesso aos parques. De acordo com o Quarto Relatório Nacional para Convenção sobre Diversidade Biológica (BRASIL, 2011, p. 104 e 105), o Brasil assume como estratégia a gestão de áreas naturais protegidas via sustentabilidade corporativa, condição que inclui financiamento público para empreendimentos privados que têm por base a exploração dos recursos ambientais com o viés mercadológico.<sup>3</sup>

Percebe-se que no processo de reconfiguração das cidades brasileiras milhares de pessoas são removidas de suas casas, são criminalizadas e discriminadas ao circularem em determinados lugares da cidade. Além disso, as populações empobrecidas e tradicionais, que vivem no entorno dos parques naturais urbanos, podem ver questionadas suas tradições culturais e o acesso histórico aos recursos provenientes dessas unidades de conservação.

## **RESISTIR É PRECISO: CONCLUINDO PARA NÃO CONCLUIR...**

Como afirma David Harvey (2014, p. 146), o ambiente e a atratividade de uma cidade são produtos coletivos de seus cidadãos, mas é o mercado turístico que capitaliza comercialmente esse comum de modo a extrair rendas de monopólio. As lógicas empreendedoras de planejar as cidades e gerir suas unidades de conservação conduzem a transformar bens coletivos – seja de cunho ambiental, cultural ou social – em mercadorias.

Esse modelo de reconfiguração urbana, pautada no empresariamento urbano e, no caso especial do Brasil, na organização de grandes eventos internacionais, gerou resistências, que se configuraram, por exemplo, nas manifestações de junho de 2013. Apesar da pluralidade de grupos e de pautas, as manifestações demonstraram uma forte indignação frente ao modelo urbano imposto atualmente. As cidades são construções coletivas e, de certa forma, as ruas não eram somente o cenário das manifestações, mas um dos seus objetos centrais. As manifestações contra remoções de favelas, aumento escancarado das passagens de transporte, “racionalização das linhas” de ônibus e violência policial ganharam visibilidade, demonstrando a tensão em torno do modelo de cidade que se desenha.

Em relação às concessões no campo ambiental brasileiro, pode-se observar que a partir da rejeição pelo Ibama, em 2007, da licença ambiental prévia ao projeto de construção de duas grandes usinas hidrelétricas no rio Madeira, em Rondônia, acirraram-se os problemas e conflitos em torno dos processos de licenciamento ambiental no contexto do novo desenvolvimentismo brasileiro (GONÇALVES, 2012). Constituíram-se ainda mais prerrogativas para abertura de vínculos com o setor empresarial.

---

3 [http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dcbio/\\_arquivos/quarto\\_relatorio\\_147.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_arquivos/quarto_relatorio_147.pdf)

Em face desse contexto, em abril de 2007 foi publicada a Medida Provisória nº 366/07, pela qual o Ibama foi desmembrado em dois organismos: o próprio Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que ficaria responsável especificamente pela gestão das Unidades de Conservação (LOUREIRO, SAISSE, CUNHA, 2013, p. 59). Se, de um lado, essa decisão poderia trazer uma maior especialização para aqueles que trabalham nas unidades de conservação, podemos questionar também, por outro lado, o risco de uma maior fragmentação na política ambiental.

Observa-se que um dos resultados dessa reconfiguração dos institutos foi a extinção da Diretoria de Desenvolvimento Socioambiental (Disam) e a Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEAM). Não foi prevista no ICMBio a existência de uma unidade organizacional para a educação ambiental (LOUREIRO, SAISSE, CUNHA, 2013, p. 59). No entanto, a Lei 11.516 de 2007, mais conhecida como lei de conversão da MP n. 366/07, previu ao menos a realização de programas de educação ambiental entre as funções do ICMBio.

Ainda de acordo com Loureiro, Saisse e Cunha (2013, p. 59), “houve grande mobilização contra a medida, tanto no âmbito das instituições governamentais quanto em setores da sociedade civil”. Contrários à Medida Provisória, sob o argumento de que ela fragmentava e fragilizava o conjunto de pressupostos e concepções emancipatórias previsto anteriormente no âmbito estruturante da educação ambiental no Brasil, os servidores do Ibama deflagraram greve com apoio de centenas de entidades ou pessoas que assinaram um manifesto contrário à referida Medida Provisória, que prejudica a educação ambiental no país<sup>4</sup>.

A própria educação ambiental em muitas unidades de conservação passou a reproduzir uma concepção pautada na conciliação de classes e no esvaziamento do papel do Estado e dos seus respectivos órgãos ambientais (GTEA ICMBio/MMA, 2008). Como resultado dessa política de enfraquecimento do modelo de educação ambiental emancipatória, o processo de concessão de unidades de conservação estendeu-se para diferentes áreas naturais protegidas no país sem ou com pouco questionamento das populações afetadas. O exemplo que marca esse processo pode ser verificado na concessão do Setor Paineiras-Corcovado, que vem ocorrendo desde 2007.

Tal concessão vem gerando críticas e tensões pelo acesso aos recursos do Parque Nacional da Tijuca. Conflitos em relação aos recursos ofertados pelo parque emergiram entre moradores de favelas da área e a concessionária, como, por exemplo, o uso de fontes de água do parque ou em relação à condução de visitantes pelos moradores ao Corcovado. Os favelados resistiram, tanto redirecionando os canos de água, na calada da noite, novamente para as favelas, quanto procurando elaborar termos de convivência e projetos para mitigação dos impactos causados pelo aumento do uso turístico da área.

Assim como a cidade que os contém, os parques naturais urbanos são espaços coletivos e não podem ser usados unicamente em benefício de certos grupos econômicos.

---

4 Documento de repúdio à Medida Provisória enviado por servidores para o Ministério de Meio Ambiente e para toda a Sociedade está disponível no seguinte link: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/30204/21666>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. (2000). *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes.

BOTELHO, S. E, MACIEL, G.G. (2014). *A reprodução capitalista do espaço por meio da terceirização de serviços: desvelando as implicações para o lazer dos visitantes das Paineiras (Parque Nacional da Tijuca – RJ)*. Ceará. Anais do XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, jun. 317 a 332.

BRASIL (2010). Parques reestruturados para a Copa. Ministério do Esporte - Ascom. Disponível em <http://esporte.gov.br/index.php/institucional/futebol-e-direitos-do-torcedor/copa-2014/noticias2/38054-parques-reestruturados-para-copa>. Acessado em: 16/05/2016

BRASIL (2011). Quarto Relatório Nacional para a Convenção Sobre Diversidade Biológica. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008\\_dcbio/\\_arquivos/quarto\\_relatorio\\_147.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_arquivos/quarto_relatorio_147.pdf)>. Acessado em: 16/05/2016.

BRASIL (2013). Governo investe em parques nacionais das cinco regiões do país. Portal Brasil. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2013/11/governo-investe-em-parques-nacionais-das-cinco-regioes-do-pais>. , 2013 - Acessado em março de 2016.

BRASIL. Gestão Estratégica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em [www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica](http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica) - acessado em maio de 2016.

COMPANS, Rose. (2005). *Empreendedorismo urbano. Entre o discurso e a prática*, São Paulo: Editora Unesp.

GONÇALVES, R. (2012). *Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, dez. 127 a 142.

GTEA/ICMBio/MMA. (2008). *Relatório final Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA/ PORTARIA 116/2008)*. Brasília.

\_\_\_\_\_. David, (2010). *Géographie et capital. Vers un matérialisme histórico-géographique*. Paris, Editions Syllepse.

\_\_\_\_\_. (2014). *Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana*. São Paulo: Martins Fontes.

LEROY, Jean-Pierre. (2013). *Meio ambiente de mercado ou meio ambiente de justiça*, in Correa, Aureanice de Mello, Moutinho-da-Costa, Lara e Barros, Jose Flavio Pessoa, A Floresta. Educação, cultura e justiça ambiental, Rio de Janeiro: Garamond, p. 181-191.

LOUREIRO, C. F. B.; SAISSE, M. V.; CUNHA, C. C. (2013). *Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 57-73, jul./dez. Editora UFPR

GLAUCIO GLEI MACIEL  
RAFAEL SOARES GONÇALVES

MEDEIROS, R. e YOUNG; C.E.F. (2011). Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Brasília: UNEP-WCMC.

NOVAIS, Pedro. (2010). *Uma estratégia chamada "planejamento estratégico". Deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*, Rio de Janeiro: 7 Letras.

SÁNCHEZ, Fernanda (2001), "A Reinvenção das cidades na virada de século: Agentes, estratégias e escalas de ação política", *Revista Sociologia Política*, p.31-49.

SANCHEZ, Fernanda (2007). Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. dans E.F. LIMA, et M.R. MALEQUE, Espaço e cidade. Conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7Letras, p. 25-41.

**Glaucio Glei Maciel**

Educador Ambiental e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO).

**Rafael Soares Gonçalves**

Jurista e historiador. Professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)